

A INSURGÊNCIA DE EPISTEMOLOGIAS DISSIDENTES NO CONTEXTO ACADÊMICO

THE INSURGENCE OF DISSIDENT EPISTEMOLOGIES IN THE ACADEMIC CONTEXT

Lucas Silva Dantas¹

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo analisar trabalhos realizados por corpos dissidentes de gênero, raça, classe e sexualidade sobre a produção de conhecimento no meio acadêmico; e a insurgência de epistemologias como rearticulação neste contexto. Analisar como essas propostas articulam redemocratização e deslocamento do modo como se produz conhecimento, quando produzem apoiados num outro referencial teórico, sob outras metodologias, novas formas de sistematização e de escrita. Adotando uma outra perspectiva de mundo e levando em conta realidades até então ocultadas e desarticuladas, por epistemologias dominantes que são adotadas como referências únicas e universais, da maneira de produzir e legitimar o saber. Problematicar a relação entre política e educação trazendo para o foco da produção acadêmica corpos dissidentes como sujeitos produtores, e não mais como objetos de pesquisa, deslocando assim o problema da educação não como puramente pedagógico, mas também político e social.

Palavras-chaves: Epistemologia; Dissidência; Redemocratização; Insurgência.

ABSTRACT

This test aims to analyze works carried out by bodies of dissident gender, race, class and sexuality on the production of knowledge in the academic environment; and the insurgency of epistemologies as rearticulation in this context. It also aims to analyze how these proposals articulate redemocratization and change of the way knowledge is produced, when such production is supported by another theoretical framework, under other methodologies, new forms of systematization and writing. Adopting another perspective of the world and taking into account realities hitherto made invisible and disjointed by dominant epistemologies that are adopted as unique and universal references, in the way of producing and legitimizing knowledge. Finally, it aims to problematize the relationship between politics and education, bringing dissident bodies as producing subjects to the focus of academic production, and no longer as objects of research, thus displacing the problem of education not as purely pedagogical, but also political and social.

Keywords: Epistemology; Dissidence; Redemocratization; Insurgency.

¹ Atualmente é Doutoranda e Mestra em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). e-mail: 4121lucas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pode, de alguma forma, contribuir para a mesma luta que as ações de Marsha P. Johnson, Sylvia Rivera, Gisberta e Matheusa Passareli contribuíram? Se puder, como isso se dá? E, se não puder, de que ele vale? Por que, então, eu escrevo? As páginas desse caderno ficarão amarelas, numa estante de biblioteca, sem nada terem provocado? Para que perder tempo? (ALBUQUERQUE, 2019, p. 9).

A possibilidade de indagar e contestar as maneiras de produzir conhecimento nos espaços acadêmicos tem sido colocada em xeque, por corporalidades tornadas dissidentes que passam a habitar estes ambientes e questionar a viabilidade deste meio de produção. Não meramente especulativa ou desarticuladora essa questão chega ao centro da discussão com profundidade, apontando que o que verdadeiramente está em jogo são hierarquias de poder e corporalidades que dominam a produção de saber e produzem a partir de seu *locus* social e suas referências, que por vezes canônicas e tradicionais são induzidas e cooptadas por um universalismo que não contribui para o deslocamento das dissidências.

254

Pensar em regime de autorização discursiva, quem pode falar e produzir conhecimento é pensar que “esse marco consiste numa série de paradigmas e metodologias consolidadas que procuram definir que conhecimentos são reconhecidos enquanto tal e quais não” (MOMBAÇA, 2015). Esse marco produz ainda uma série de outras hierarquias que determinam “que conhecimentos compõe a agenda acadêmica; quem pode ser reconhecido ou não como detentor de conhecimento; quem pode ensinar; e, no limite, quem pode falar” (MOMBAÇA, 2015).

Na esteira de Kilomba, devemos procurar reconhecer criticamente o fato de que a ciência não é neutra e universal como pretendem os projetos eurocêtricos de modernidade, sendo que dissimula seu caráter local e sua parcialidade, de modo a produzir um certo regime de verdade que não cessa de des-realizar teorias e formas alternativas de fazer conhecimento, inscrevendo sujeitos não-hegemônicos e suas formas desviantes de produzir saber em efeitos de subalternidade (MOMBAÇA, 2015).

Mombaça (2015) nos traz a compreensão de que ao propor novas formas alternativas de produzir e fazer conhecimento, os sujeitos dissidentes encontram uma série de barreiras e resistências prontas a desestabilizar o seu trabalho e des-realizar suas teorias, por parte daqueles que habitam este espaço como homogêneo e unilateral na sua forma de produzir saber. O

esforço aqui está relacionado a manter constantemente aquilo que se constrói, sabendo que como destino epistemológico assim como no meio social, as dissidências são na sua grande maioria refutadas, silenciadas, desmerecidas, desatualizadas e consideradas inexistentes diante dos outros projetos de mundo.

Epistemologias dissidentes são insurgentes porque são refutadas, banidas, silenciadas na sua forma de expressão, e são dissidentes porque são sobretudo produzidas por corpos que trazem a dissidência na sua vivência, portanto, também na sua epistemologia. Para pensar na produção destas hierarquias no ambiente acadêmico é preciso entender que:

O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Neste sentido, é preciso entender que privilégio social e privilégio epistêmico se relacionam diretamente, e são fundamentais na construção destas categorias de subalternidade, são eles que a fundo determinam quem pode falar, quem pode produzir, quem pode expandir e quem deve se silenciar.

255

Autoras como Mombaça (2015), Albuquerque (2019) e Ribeiro (2017) revelam quais são as opressões estruturais e sistemáticas que estão veladas no contexto acadêmico, apontando sistematicamente para os corpos dissidentes de gênero, raça, classe e sexualidade que estão nestes espaços. Corpos estes que carregam saberes desvalorizados em meios sociais, tal como o ambiente acadêmico, que persistem em habitar estes espaços onde o modo e o meio como se fala não vai ao encontro das pautas dissidentes e como elas encontram respiro no mundo.

De que maneira então é possível habitar esse espaço sem que a desistência, a ausência, o silenciamento, a evasão e a opressão sejam os únicos marcadores da vivência de corpos dissidentes no contexto acadêmico? Quais são as possibilidades de fundar novos trabalhos, novas maneiras de produzir epistemologia, teoria, formas de inscrever o saber neste contexto? Como trocar o referencial, as hierarquias, os projetos de dominação para novas construções fundantes neste espaço?

2. A ACADEMIA COMO ESPAÇO DE (DES) LEGITIMAÇÃO DO SABER

O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidade funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outro (RIBEIRO, 2017, p. 31).

A discussão que visa tecer a crítica acerca das hierarquias acadêmicas que sustentam a inacessibilidade e a privação de outros saberes não pretende generalizar todo o ambiente e espaço acadêmico. Mas refletir, em suma maioria, sobre suas estruturas e o que historicamente acontece com os processos de construção do conhecimento, e como ele se deu também de maneira a perpetuar uma hierarquia de modo a desfavorecer as dissidências.

Optar por utilizar o termo corpos dissidentes para se referir aqueles cuja identidade e suas reverberações estão em oposição ao poder, a hegemonia, a norma e a normatividade é também expandir aquilo que se entende e se imagina por dissidência. Segundo Dantas (2020):

Dissidência seria separar-se do todo por algum motivo, ser excluído, estar a margem. Ser um corpo dissidente é portar alguma coisa que te exclua, seja pela cor da sua pele, pela sua identidade de gênero, pela sua orientação sexual, pela sua expressão de gênero, pela sua nacionalidade, pela sua origem, pelo seu peso, por portar uma necessidade especial, etc... Aqui poderíamos citar inúmeros fatores que são condições para que um corpo seja violentado, excluído, punido e vigiado em sociedade. Fatores e condições por vezes estéticas, éticas ou mesmo políticas, que são a ruptura para que esses corpos não façam mais parte do todo, não sejam possuidores de direitos (DANTAS, 2020, p. 208).

256

Quando identidades são mantidas de maneira histórica e cultural no lugar da marginalidade ela se constrói de maneira a vestir a forma desta hierarquia. As desigualdades estão sustentadas nas relações de poder articuladas entre as identidades dominantes e as marginalizadas. Identidade e poder caminham juntos de maneira a construir uma rede hierárquica das relações, que quase nunca horizontais, passam a agir com o mesmo efeito e a mesma força em diferentes espaços.

Portanto, apontar o privilégio ou a ausência dele não é reduzir a discussão, pelo contrário, é se atualizar como a colonização se reinventa em meio a contemporaneidade. Apontar e nomear identidades é entender as hierarquias mantidas em distintos espaços e as variadas maneiras de opressão que estão acobertadas neles. Se tratando do ambiente acadêmico

e as hierarquias constituídas nestes espaços, quais são as identidades fortalecidas e quais são as identidades desprivilegiadas neste contexto?

É o corpo do homem branco, cisgênero, heterossexual e de classe média que estamos acostumados a ver protagonizar e orientar as discussões acadêmicas, a partir de suas experiências privilegiadas, promovendo a manutenção das ferramentas e espaços de produção de saberes em suas próprias mãos, invisibilizando e excluindo qualquer tipo de discurso e linguagem que discorde e combata suas ideias. Esse corpo não torna a sala de aula multicultural, pois ele representa a norma. Esse corpo dialoga com o “UNI” das universidades, dialoga com o corpo docente homogêneo, com os muros, com as catracas e com os currículos segregadores. A sala de aula multicultural só pode existir quando outros corpos ocupam esse espaço contrapondo os discursos produzidos por esses sujeitos que se entendem como universais. E que corpos são esses? Os corpos “daqueles que não importam”, para usar uma expressão da filósofa estadunidense Judith Butler (ALBUQUERQUE, 2019, p. 20).

Os “corpos daqueles que não importam” estão rodeados por aqueles que se habituaram com a sua extrema importância, com o seu poder de conduzir, de decidir, de eleger, de aprovar, de ressaltar, de escolher, de montar uma ementa, de selecionar autores e temas, de pensar metodologias e de intervir no que for preciso para que a norma se mantenha. Os corpos daqueles que não importam estão em constante guerra nos espaços acadêmicos que habitam, para validar seus conhecimentos, suas falas, suas referências, sua resistência, para ter o devido reconhecimento de sua luta, sua representatividade e seu lugar de fala. Existem outros caminhos possíveis para que essa discussão aconteça e se revitalize no seio da academia, mas diante daqueles que detém o poder e daqueles que estão em submissão a ele nesta hierarquia, quais são as possibilidades construtivas, dialógicas e críticas que se abrem por parte daqueles que estão no conforto?

3. A PERSEGUIÇÃO E A DESLEGITIMAÇÃO DAS DISSIDÊNCIAS

Grada Kilomba, escritora, professora e artista portuguesa em sua palestra realizada no Brasil em 2016, “Descolonizando o Conhecimento”, faz uma crítica acerca de como a academia lida com os saberes de povos culturalmente marginalizados e endossa suas críticas acerca do colonialismo.

Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico.
Universal/específico
Objetivo/subjetivo
Neutro/pessoal
Racional/emocional
Imparcial/parcial
Eles têm fatos, nós temos opiniões; eles têm conhecimento; nós, experiências. Nós não estamos lidando aqui com uma “coexistência pacífica de palavras”, mas sim com uma hierarquia violenta de quem pode falar (KILOMBA, 2016).

Grada Kilomba conseguiu sintetizar na sua fala a experiência que os corpos dissidentes vivenciam nos espaços educacionais e acadêmicos, o que acontece quando esses corpos se dispõem a construir conhecimentos e criticar certas estruturas que contribuem para a sua própria desumanização. Uma indisposição a ouvir, a acreditar e a reiterar o que dizem se instaura nos corpos que pertencem a norma quando eles lidam com esta outra narrativa.

Epistemologias dissidentes infringem barreiras, pessoas pertencentes as identidades negras, LGBTQIAP+, indígenas, ciganas, com deficiência, periféricas, entre outras dissidências, foram excluídas e invisibilizadas dos espaços de construção de conhecimento, espaços acadêmicos, espaços de poder. Quando um corpo cruza uma fronteira não permitida tudo do outro lado vira ameaça. São acusados pela pessoalidade, pela especificidade, pela subjetividade, pela não-neutralidade, por agressividade e todos os outros argumentos que deslegitimam sua fala, ignoram a contribuição que tem a fazer e a epistemologia que poderiam criar.

258

“Quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico”, essa é a equação que nos propõe Grada Kilomba (2016). Possuir um privilégio social é estar apto a ser sustentável neste mundo, a acessar espaços de poder, de articulação, de construção de conhecimento. Um corpo que possui privilégios sociais tem direito a privilégios epistêmicos, a gestar e produzir, a conduzir, a habitar e a permanecer.

Os corpos que não possuem esse privilégio são mantidos longe dos espaços de poder, são submetidos a desumanização, a desarticulação, a insustentabilidade e a impermanência, não tem direito a falarem por si, porque alguém com privilégio maior fala por eles, não são sujeitos, são objetos de estudo e pesquisa. Essa é a equação que nos permite perceber por que o espaço

acadêmico e a epistemologia dita universal que circula pelo mundo está ausente de vozes negras, trans, indígenas, pobres, periféricas, entre outras. Ainda que essa ausência não seja motivada, ou provocada, pela própria academia, este espaço se torna reflexo de tal.

Quantas histórias de corpos dissidentes poderíamos citar aqui que foram perseguidos “por meio de uma articulação silenciosa, que mobiliza jargões do discurso científico consolidado para concretizar uma exclusão que se expressa mais pelo não-dito que pelo propriamente dito” (MOMBAÇA, 2015). Perseguidos em ambientes institucionais por denunciarem opressões, silenciamentos, culpados por provocar um mal-estar quando desvelam a cortina de fumaça que se queria invisível diante das hierarquias de poder.

Para os corpos historicamente privilegiados assumir que a academia é também um espaço de deslegitimação de saberes, de violência e opressão é ter de aceitar a responsabilidade que se tem por fazer girar e perpetuar toda essa engrenagem.

4. A INSURGÊNCIA DE EPISTEMOLOGIAS DISSIDENTES

259

Métodos, metodologias, intenções, movimentos, experiências e reverberações de pesquisa, com corpos, gêneros e sexualidades em dissidências, comparecem para as ciências humanas e para os sujeitos em pesquisa como desafio para quem se coloca em risco com os problemas que se fazem ao provocar e desconfiar das racionalidades dominantes que durante grande parte da modernidade fixou e qualificou paradigmas e modos de saber (RODRIGUES; WENETZ, 2019, p. 20).

Todo espaço de poder é um espaço em disputa. E todo espaço de construção de conhecimento é um espaço de poder em disputa, porque é o lugar onde é possível produzir conhecimento sob outras óticas e outras perspectivas. É um espaço possível para mudar um caminho epistemológico, que na maioria das vezes carregou os corpos dissidentes mais como objeto de pesquisa do que protagonizando uma epistemologia que também o inclui.

O que a história da educação nos revela e nos diz sobre a situação dos corpos dissidentes hoje? Será que nós não temos uma diversidade epistêmica, ou nós não valorizamos a diversidade de vozes presentes em múltiplas formas de epistemologia? Será que a academia

está disposta a legitimar uma série de produções alternativas que podem compor o seu arsenal de conhecimento?

Pensar em epistemologias dissidentes é nomear as realidades implícitas que não são nomeadas dentro das formatações hegemônicas. Por isso se faz insurgente e necessário pensar, falar e nomear a partir da realidade e da perspectiva dos grupos desumanizados. E ao se nomear aquilo que é dissidente se passa impreterivelmente pela nomeação da norma, daquilo que é hegemônico, daquilo que se pauta como normal, universal, daquilo que historicamente foi o produtor do silenciamento e do apagamento da diversidade.

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, “o outro” – diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos “sujeitos normais” – é hipermarcado, incessantemente traduzido pelas análises do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora (MOMBAÇA, 2016, p. 10).

Epistemologias dissidentes trazem consigo a nomeação da norma, dos conflitos e das violências advindas destas categorias de análise que nos permitem enxergar a hierarquia das identidades e dos modos de produção do saber. Quando trabalhos acadêmicos são apontados como neutros e universais eles registram junto a essa ideia um apagamento de tudo aquilo que não se nomeia, seja a norma ou o avesso dela. Seria uma pretensão a universalidade ou a universalidade como referência de mundo? Mediante essa interpelação se faz necessário que um espaço de conhecimento, de poder, como se configura o meio acadêmico possa ter na sua formação múltiplas identidades e posicionamentos distintos em sua construção. Admitindo sempre que a presença traz consigo pluralidade, quando os trabalhos também carregam a pluralidade na sua criação.

Nesse sentido, refletir sobre o que seria uma sala de aula multicultural, ou ainda, o que contribui para uma sala de aula se tornar multicultural, significa olhar para as pessoas que estão nesse ambiente e enxergá-las como sujeitos, querer conhecer suas trajetórias e reconhecer as opressões envolvidas nelas (ALBUQUERQUE, 2019, p. 20).

Ao perder a pluralidade de um espaço ou não saber reconhecer a pluralidade de possibilidades que corpos distintos trazem para a construção de novos saberes, não ficam de fora somente os corpos que fariam desta sala de aula uma sala multicultural, mas ficam também todas as possíveis contribuições distintas e autênticas que poderiam nascer desta fricção.

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basililar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. Tais mulheres depositam confiança na oferta analítica da interseccionalidade, preparadas por suas intelectuais além de, sucessivamente, oferecerem no espaço público o alimento político para outros, proporcionando o fluxo entre teoria, metodologia e prática aos acidentados durante a colisão, amparando-os intelectualmente na própria avenida do acidente. Apesar de abordagens eurocêtricas por vezes chegarem na contramão para dar socorro epistemológico, ignorando o contexto do acidente e causando, por consequência, mais fluxos nos cruzamentos de raça, gênero e classe (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

Epistemologias dissidentes também trazem consigo o uso da ferramenta da interseccionalidade, necessidade esta que se faz insurgente ao saber que “antes de se preparar o pensamento feminista negro e a interseccionalidade como metodologias, a encruzilhada recebia oferendas analíticas contra nós” (AKOTIRENE, 2019, p. 20).

Epistemologias ditas universais, cunhadas sem os recortes de raça, classe e gênero foram defendidas inúmeras vezes como legítimas e dispostas a deslegitimar pautas dissidentes que carregam a pluralidade de perspectivas no seio da sua luta. Como também deslegitimar sua escrita, sua metodologia, sua sistematização e todos os contornos que trazem estes outros trabalhos para o seio do mundo como comunicação de um mundo tornado dissidente.

A única cosmovisão a usar apenas os olhos é a ocidental e esses olhos nos dizem que somos pessoas de cor, que somos outros. A concepção de mundo que interessa ao feminismo negro se interessa por todos os sentidos (AKOTIRENE, 2019). Ao nomear a norma e pensar naquilo que se coloca como avesso dela, novas epistemologias surgem com a capacidade de superar a cosmovisão colonial e a direcionar seu olhar para todos os sentidos, na contramão das críticas advindas que defendem tratar apenas dos pontos de vista dissidentes. São projetos de

mundo que se debruçam sob os cantos que o mundo renega, que discorrem sobre as narrativas que os livros de história apagaram, que dão conta de uma demanda que não foi considerada sequer uma demanda. Ao fazer tal feito o faz para toda a sociedade, já que o que acontece na base se reflete por toda a hierarquia.

Movida por escrevivências, como Conceição Evaristo, proponho cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d'águas atlânticas. Mulheres negras infiltradas na academia, engajadas em desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem a-feto, de si, em prol de quem sangra [...] (AKOTIRENE, 2019, p. 21).

5. ENLANGUESCER AS ESTRUTURAS ESTANDO DENTRO DELAS

Escrevo este ensaio como um corpo dissidente que habita o espaço acadêmico e busca dentro deste espaço possibilidades decoloniais de construir uma outra epistemologia para o mundo. Escrevo como uma pessoa trans não-binária, do interior de Minas Gerais, como ativista, artista e professor. Escrevo com a ânsia de quem luta para que o espaço acadêmico seja também um espaço de construção, sistematização e articulação dos corpos dissidentes.

262

Corpos dissidentes estão a todo instante e a todas as horas do dia lutando por seus direitos e por sua humanidade, lutando para sobreviver a violência colonial, que não somente ataca e mutila o corpo físico, mas busca aniquilar as possibilidades de saber, de resistência e transgressão para este mundo. Corpos dissidentes estão lutando mesmo quando não se definem enquanto ativistas, estão produzindo mesmo quando suas palavras não são sistematizadas, estão transgredindo mesmo quando os altos índices de violência nos fazem crer que não há transgressão.

As alianças entre movimentos sociais, ativismos e diversas práticas de luta e resistência com a academia ainda produzem tensões e silêncios ensurdecadores. Habitar este espaço e produzir críticas sobre ele não é incoerência, é uma forma de enlanguescer as estruturas estando dentro delas, é uma forma de publicar isso justamente como um ensaio dentro do espaço acadêmico, para que seja lido, debatido, consumido e refutado justamente dentro desse contexto. A exemplo disso traz Correia (2018):

Nós estudantes indígenas temos um grande desafio, responsabilidade de renovar as estratégias de luta e resistência, uma das resistências é não permitir o desbotamento da nossa identidade quando transitamos no território acadêmico, precisamos ainda como uma flecha certa indigenizar os lugares que ocupamos. Desconsiderar esses agentes é reproduzir a violência histórica do epistemicídio, tenho dito que há duas maneiras de matar o povo indígena coletivamente: quando nos negam o território e quando reproduzem o epistemicídio (CORREA, 2018, p. 102).

Célia Nunes Correa, pesquisadora e educadora indígena, lançou a sua flecha certa quando escreveu “O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada” em 2018 como dissertação de mestrado. Assim como fez Luma Nogueira de Andrade, Megg Rayara dos Santos, Maria Conceição dos Reis, Candice Assunção, Mirna Kambeba, Anahí Guedes, entre tantos outros corpos dissidentes que habitam e tecem no seio da academia epistemologias de resistência.

Mas como nos aponta a autora, é preciso não permitir o desbotamento das nossas identidades, é preciso lutar contra o epistemicídio, contra aquilo que elimina a potência que a dissidência traz. Onde não somente a mente atua, mas onde o corpo também dispõe da sua força, da sua memória e da sua história para criar uma epistemologia dissidente. É preciso lançar uma flecha certa, como nos ensina Oxóssi, como nos prenuncia Odé, de maneira a não se desgastar, de forma a atingir o alvo e reinar sobre o ato.

Trago neste texto vozes dissidentes que foram diversas vezes deslegitimadas, expulsas e violentadas dentro de espaços acadêmicos e outros espaços de poder. Vozes que apesar da deslegitimação continuaram produzindo e sistematizando suas frustrações, suas denúncias, suas propostas e continuaram cartografando saídas e possibilidades. Que a presença de corpos trans, LGBTQIAP+, pretos, periféricos, imigrantes, pobres, pessoas com deficiência, entre outras dissidências do território brasileiro e de outros territórios, possam habitar e produzir neste espaço, enlarguando as estruturas, estando dentro delas, como um cavalo de Troia, como um presente inesperado, que domina, expande e guerreia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insurgência deixa de ser uma opção quando respaldamos contextos que nos trazem a perspectiva histórica, social, política e epistemológica do mundo. A dificuldade que corpos dissidentes tem de entrar e permanecer nos espaços acadêmicos é retórica a vivência de violência e subalternidade enfrentada em sociedade. O deslocamento de objeto de pesquisa para o sujeito que pesquisa se faz insurgente diante de uma produção epistemológica que não contempla os marginalizados do mundo, e aqui a discussão está para além de métodos e paradigmas, mas da possibilidade de também ser sujeito.

Tomar para si um tema já é assumir um posicionamento epistemológico e ideológico. O compromisso de produzir conhecimento conforme a trajetória dissidente, sem renunciar à subjetividade, a objetividade e aos contornos marginais, trazidos pela própria vivência em sociedade como denúncia, é o que faz de uma epistemologia ser dissidente e produzir rasgos pelos espaços em que circula. Ao insistir nestes feitos estes corpos fazem da sua presença o seu ato mais oportuno quando ocupam, resistem, criam, escrevem e transmutam velhos olhares do saber. Que mais do que atualizados, precisam ser reinaugurados, sem que essas contribuições sejam apagadas ou esquecidas, mas complementadas naquilo que é insurgente, que não pode mais ser negociado.

Há também um compromisso ancestral em perpetuar e não invisibilizar as falas daqueles que fizeram o mesmo. Por isto este ensaio tem como referência trabalhos produzidos por autoras que carregam os recortes da negritude, da feminilidade, da transgeneridade e das questões de classe para dentro de suas produções; transformando isso em movimento epistêmico, com a devida profundidade, propriedade reflexiva, e portanto, em epistemologias dissidentes.

De certo, esta opção que fiz implicou, tendo em vista a instituição acadêmica à qual estava vinculada, uma série de rupturas e tensões, matizadas pela necessidade de negociar com as normatizações disciplinares ligadas à produção de conhecimento no marco das Ciências Sociais. Trata-se, aqui, de tentar ser monstruosa no espaço da norma; indisciplinada no lugar da disciplina. Uma batalha inglória e arriscada, se levo em consideração os riscos de ser excluída ou capturada pela lógica do saber institucional. Mas tenho minha malícia. E como escreveu Paul Goodman: “a malícia é a força dos sem poder (MOMBAÇA, 2016, p. 344).

Quando um corpo dissidente permanece na educação ele tem a potência de criar novas epistemologias, de convocar outros corpos para a sustentabilidade, de criar saídas sustentáveis. Uma epistemologia capaz de dar conta de não mais inviabilizar realidades e demandas dissidentes, e ao contrário disso pensar em todas as demandas, na necessidade de cada realidade que se aponta como potente e merecedora de atenção. Ao contrário do que se espera, as epistemologias dissidentes: não socorre as vítimas do colonialismo moderno prestando atenção à cor da pele, ao gênero, à sexualidade, genitália ou língua nativa. Considera, isto sim, humanidades (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

Podemos pensar que ao resistirem neste espaço, superando os bloqueios causados pela perseguição as dissidências e todas as formas de silenciamento, os corpos dissidentes estão habitando a academia com o objetivo de “buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça” (AKOTIRENE, 2019, p. 23). Podendo deste modo criar epistemologias dissidentes, insurgentes de maneira ancestral, com a potência de reparar informações e formações negadas e retiradas dos espaços de poder que disseminam conhecimentos de mundo.

265

Conhecimentos de mundo são potência quando rompem com a violência, a desumanização, o cisheteropatriarcado e a subalternidade. A importância da presença de corpos dissidentes na academia é mudar o destino epistêmico do mundo. Realocar referências e desmontar os cadeados na qual a hegemonia trancou os caminhos para a diversidade.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte, BH: Letramento, 2018.
- ALBUQUERQUE, Rodrigo. **Pedagogia POC? Uma práxis Bixa em sala de aula.** Instituto Singularidades, 2019.
- DANTAS, Lucas. Um corpo insustentável: a disputa dissidente pela permanência em sociedade. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 04, p.203 - 214, abril. 2020.
- KILOMBA, Grada. **Descolonizando o Conhecimento.** 2016. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cú mestiço falar?** 2015. Disponível em:
<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 20
abr. 2022.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **concinnitas** | ano 17,
volume 01, número 28, setembro de 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?**. Belo Horizonte, BH: Letramento, 2017

RODRIGUES, Alexsandro; WENETZ, Ileana. Dossiê Especial "Corpos em Movimento:
políticas, experiências e métodos possíveis". **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da
Homocultura**, [S.l.], v. 2, n. 02, p. 20-23, jan. 2020. Disponível em:
<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/339>. Acesso em: 20 abr. 2022.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de
autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. 2018. 218
f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília,
2018.